



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE IGARAPÉ-MIRI



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: IGARAPÉ-MIRI	
EDITAL Nº 001/2015-CJCI	NO. PROCESSO: 2015.7.004245-3
PERÍODO: 22 A 24 DE ABRIL DE 2015	SECRETARIA CORREGEDORIA INTERIOR
Juíza Corregedora: DANIELLE DE CÁSSIA SILVEIRA BÜHRNHEIM	Data Cadastro: 16/12/2015
	CLASSE CORREIÇÃO - ORDINÁRIA
1. INFORMAÇÕES GERAIS	
1.1 UNIDADE JUDICIAL:	
VARA ÚNICA DA COMARCA DE IGARAPÉ-MIRI	
1.2 COMPETÊNCIA:	
VARA ÚNICA	
1.3 MAGISTRADO (A):	
EDUARDO RODRIGUES DE MENDONÇA FREIRE	
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:	
Titular	
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO:	
O magistrado titular foi removido para este juízo em 21 de maio de 2014, Portaria nº022/2014 -SJ.	
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA	
2.1 ENDEREÇO:	
Travessa Quintino Bocaiúva, s/n, Bairro Centro, Igarapé-Miri	
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL:	
Imóvel próprio	
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS:	
Relacionar e descrever: Salão do Júri, com duas salas de testemunha, uma sala secreta com banheiro e três celas, um hall de entrada, três banheiros para o público em geral, uma sala para o Protocolo/Distribuição, uma para a OAB, uma para o MP, um corredor de acesso às demais dependências, com dois banheiros de servidores, uma copa/cozinha, um gabinete com banheiro e sala de audiências, uma sala para a Secretaria Cível, uma sala para a Secretaria Criminal, uma sala de oficiais de justiça, uma sala de arquivo, um hall de espera, um gabinete com banheiro e uma sala de audiências à disposição da Defensoria Pública.	
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS:	
() Boas (X)Regulares ()Ruins	
Justificar: Prédio com rachaduras, algumas paredes com mofo e infiltrações, armários das secretarias sem porta etc.	
2.5 LIMPEZA E HIGIENE:	
(X) Boas ()Regulares ()Ruins	
Justificar:	

Danielle de Cássia Silveira Bührnheim
Juíza Auxiliar da Corregedoria da
Justiça das Comarcas do Interior I



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE IGARAPÉ-MIRI

2.6 MOBILIÁRIO:

() Bom (X)Regular ()Ruim

Justificar: Cadeiras quebradas, bem como poucas cadeiras.

2.7 SEGURANÇA:

() Boa (x)Regular ()Ruim

Justificar: Concertinas com defeito, muro baixo, câmeras sem funcionamento e porta com chapa danificada. Segurança realizada por empresa terceirizada durante o dia e, no período noturno, por um vigia desarmado da prefeitura. E ainda, durante o horário de expediente forense, por um policial militar.

2.8 ACESSIBILIDADE:

() Boa (X)Regular ()Ruim

Justificar: Em que pese o prédio do Fórum ser relativamente novo, não há condições adequadas para cadeirantes e deficientes visuais.

2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL:

() Boa ()Regular (X)Ruim

Justificar: Não está sendo utilizada devido a precariedade do imóvel.

3. MAGISTRADOS

3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

EDUARDO RODRIGUES DE MENDONÇA FREIRE - Desde junho de 2014.

3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Não

3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL:

Férias regulares, sendo o último período em junho/14

3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS:

Sim, Justiça Eleitoral.

3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES

Semana da Conciliação, Semana do Júri, Mutirão Carcerário etc.

3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL:

Relacionar e descrever: Otimização de rotinas, caracterizada pelo rodízio de atividades entre os servidores.

3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
Max Ney do Rosário Cabral	01/02/2013	02/03/2013
Carlos Márcio de Melo Queiroz	27/05/2013	30/06/2013
Deomar Alexandre de Pinho Barroso	01/08/2013	30/08/2013
Alan Rodrigo Campos Meireles	01/07/2013	00/05/2014
Eduardo Rodrigues de Mendonça Freire	21/05/2014	


Danielle de Cássia Silveira Buhrnheim
Juíza Auxiliar da Corregedoria da
Justiça das Comarcas do Interior



4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):

4.1 GABINETE:

Nome: Rosana de Siqueira Dias
Cargo: Analista Judiciário

Nome: Igor Ruan Dias Madureira
Cargo: Assessor do Juízo

Nome: Katrielly Serrão Pena
Cargo: Estagiária de Nível Médio

4.2 SECRETARIA JUDICIAL:

Nome: Haroldo Nazaré Venâncio Barbosa Júnior
Cargo: Analista Judiciário, exercendo a função de Diretor de Secretaria da Vara Única

Para fins de organização, a despeito de tratar-se de vara única, há divisão entre a secretaria cível e criminal que funcionam em salas separadas, com o seguinte quadro:

Secretaria Criminal

Nome: Bernadeth Pinheiro das Chagas
Cargo: Atendente Judiciário

Nome: Nilda Maria Quaresma Santana
Cargo: Auxiliar de Secretaria

Secretaria Cível

Nome: Nelson Serrão de Oliveira
Cargo: Atendente Judiciário

Nome: Eliana Santos Trindade
Cargo: Auxiliar Judiciário

Nome: Raimunda Batista Costa Pantoja
Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais
Designação: Servidor(a) cedido(a) pela Prefeitura

Nome: Luana de Brito Pantoja
Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais
Designação: Servidor(a) cedido(a) pela Prefeitura

4.3 DEMAIS SETORES DO FÓRUM

UNAJ

Nome: Ivan Almeida Sanches
Cargo: Chefe da UNAJ

DISTRIBUIÇÃO/ PROTOCOLO

Nome: Maria de Fátima Pinheiro Pantoja
Cargo: Atendente Judiciário

Nome: Emanuelle dos Santos Nonato

Danielle de Cássia Silveira Buhrnheim
Juíza Auxiliar da Corregedoria da
Justiça das Comarcas do Interior 3



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE IGARAPÉ-MIRI

Cargo: Estagiária de Nível Médio

COPA

Nome: Juliana Afonso da Silva

Cargo: Atendente Judiciário

OUTROS

Nome: Raimundo Arcanjo Brandão Corrêa

Cargo: Oficial de Justiça

Nome: João Batista Leal Gonçalves

Cargo: Oficial de Justiça

Nome: Luiz Otávio Trindade Sena

Cargo: Vigia

Designação: Servidor(a) cedido(a) pela Prefeitura

Nome: Natanael Pinheiro Ferreira Júnior

Cargo: Vigia

Designação: Servidor(a) cedido(a) pela Prefeitura

Nome: João Alberto Pantoja Pinheiro

Cargo: Motorista de Veículos Pesados

Designação: Servidor(a) cedido(a) pela Prefeitura

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Dr. Gerson Daniel Silva da Silveira

O representante do MP na comarca é Titular de Promotoria na Comarca de Abaetetuba, comparecendo neste Juízo uma vez por semana.

5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:

Respondendo pela Promotoria.

5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?

Sim, Titular de Promotoria em Abaetetuba.

5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

O Juízo de Igarapé-Miri não tem representante da Defensoria Pública desde maio/2014.

5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:

Prejudicado

5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?

Prejudicado

6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL

6.1 VEÍCULOS

Um carro e uma moto.


Cassia Silveira Buhneim
Auxiliar da Corregedoria da
Comarca do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE IGARAPÉ-MIRI



6.1.1 FROTA:

Um automóvel, Modelo: FORD FIESTA 1.6, Placa – NTC 3499. (atualmente em Belém para conserto)
Uma motocicleta, Modelo: HONDA CG 125, FAN KS, Placa – NSF 6738

6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE?

() Sim (x) Não

Justificar: Tendo em vista as características geográficas do município, composto por várias localidades ribeirinhas e vicinais em condições precárias, é necessário que o Juízo tenha pelo menos um veículo tipo caminhonete e uma lancha.

6.2 INFORMÁTICA: A comarca registra dificuldade de acesso à internet o que dificulta, ou as vezes inviabiliza, as atividades de cadastramento de documentos, emissão de guias de recolhimento de presos e adolescentes infratores, emissão de boletos via Sistema de Depósito Judicial(SDJ), emissão de certidões, acesso aos sistemas de informações BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD.

6.2.1 ACESSO À INTERNET:

() Bom () Regular (X) Ruim

Justificar: Já explicitado no item anterior.

6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE):

35 (Trinta e cinco), considerados suficientes para demanda

6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS:

LIBRA (ver 6.2)

6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail):

É utilizado o e-mail tjepa022@tjpa.jus.br, acessado diariamente, sendo feita ressalva que a capacidade de armazenamento é insuficiente para as necessidades da unidade.

7. SECRETARIA JUDICIAL

7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS?

(X) Bom () Regular () Ruim

Justificar:

7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO?

(X) Sim () Não

Justificar:

7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO?

(X) Sim () Não

Justificar:

7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?

(X) Sim () Não

Justificar:

7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?

(X) Sim () Não

Justificar: Sistema LIBRA, Gestão de Processos etc.

Daniella de Cássia Silveira Buhrnheim
Juíza Auxiliar da Corregedoria da
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE IGARAPÉ-MIRI

7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?

(X) Sim () Não

Justificar:

7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?

(X) Sim () Não

Justificar: Apesar da secretaria realizar mutirões internos de cumprimento e de arquivamento, foram identificados 135 (cento e trinta e cinco) processos a serem arquivados.

7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?

Semanalmente é feita a publicação da resenha de expediente, sendo publicadas as sentenças, decisões, despachos, atos ordinatórios e editais.

8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA

2013: 740 sentenças; 2215 despachos; 444 dec. interlocutórias
2014: 269 sentenças; 1419 despachos; 979 dec. Interlocutórias
2015 (até 31/03/2015): 54 sentenças; 385 despachos; 297 dec. interlocutórias

8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FISICA

QUANTIDADE

DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FISICA	QUANTIDADE
CIVEIS	2.028
CÍVEIS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	270
CÍVEIS – META 4/2015-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012	05
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	50
CÍVEIS – META 6/2015 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012)	02
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	08
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	25
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DA META)	1758
CRIMINAIS	896
PENAS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	223


Danielle de Cassia Silveira Buhrnheim
Juíza Auxiliar da Corregedoria da
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE IGARAPÉ-MIRI



PENAIIS – META 4/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012)	01	
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	35	
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	46	
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	73	
EXECUÇÃO PENAL	26	
PENAIIS (EXCLUÍDOS OS DA META)	672	
INFÂNCIA E JUVENTUDE	153	
ATO INFRACIONAL	87	
SITUAÇÃO DE RISCO	0	
TUTELA	10	
GUARDA	45	
ADOÇÃO	08	
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	03	
CARTAS PRECATÓRIAS	117	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	90	
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	22	
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	05	
TOTAL DA CONTAGEM FÍSICA	2532	
TOTAL DE FEITOS COM TRAMITAÇÃO EXTERNA	549	
TOTAL (físicos + tramitação externa)	3081	
ACERVO DO LIBRA	2972	
9. INDICADORES GERAIS		
9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET: (X) Sim () Não Justificar:		
9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)		
ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2012	1047	427
2013	1299	1663
2014	1291	1352

Danielle de Cássia Silveira Bührnheim
Juíza Auxiliar da Corregedoria da
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE IGARAPÉ-MIRI

Obs: No que concerne a Meta 01/2014-CNJ, a Comarca foi agraciada e devidamente parabenizada com a emissão de certificado pela Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, pois alcançou os parâmetros estabelecidos na referida Meta.

9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:

(X) Sim () Não

Justificar:

São colocadas nos autos fitas adesivas com cores diferenciadas, para cada prioridade. Neste Sentido é importante ressaltar que as etiquetas da cor vermelha identificam réus presos e menores internados, a etiqueta de cor verde identificam liberdade provisória concedida, bem como menores desinternados, por sua vez as amarelas identificam atos infracionais, por fim a azul informam que são processos de idosos e deficientes.

OBS: não há identificação de processos de violência doméstica

9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:

- (2) INICIAIS;
- (2) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ
- (1) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;
- (1) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS:
- (1) IDOSO;
- (1) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;
- (1) AÇÕES DE ALIMENTOS;
- (1) RÉU PRESO;
- (1) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;
- (1) ALVARÁ DE SOLTURA;
- (3) POR ORDEM CRONOLÓGICA
- (3) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;
- () OUTRO

OBSERVAÇÕES: as prioridades indicadas com o número 01 são aquelas as quais são distribuídas, autuadas e despachadas em 24 horas ou em 48 horas, dependendo do caso a ser analisado.

A despeito de haver ordem de preferência entre os feitos prioritários, nenhum destes permanece paralisado em secretaria, sendo conclusos no prazo legal.

9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	X	
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	X	
BACENJUD	X	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	X	
INFOJUD	X	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	X	
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAI	X	


Danielle de Cássia Silveira Bührnheim
Juíza Auxiliar da Corregedoria da
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE IGARAPÉ-MIRI



INFOSEG	X	
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	X	
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	X	
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	X	
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	X	
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	X	

9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?

(X) Sim () Não

Justificar:

10. INDICADORES CÍVEIS

10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011):

Acervo da meta 2011: 5563

Alvo: 4.450

Processos julgados até a data da correição: 4752

Grau de cumprimento: 85,43%

Conforme relatado pelo Diretor de Secretaria, deve-se apontar inicialmente que o prédio do Fórum da comarca foi incendiado em 14/12/2008, sendo perdido grande parte do acervo processual da comarca. No período de 01/01/2009 a 31/12/2011 foram distribuídos na unidade um total de 5563 (cinco mil quinhentos e sessenta e três) feitos cíveis e criminais, sendo identificados, julgados e arquivados no período 2896 (dois mil oitocentos e noventa e seis) feitos cíveis e 1856 (um mil oitocentos e cinquenta e seis) feitos criminais, totalizando 4752 (quatro mil setecentos e cinquenta e dois) processos julgados, equivalentes a aproximadamente 85 % (oitenta e cinco por cento) do total, remanescendo 811 (oitocentos e onze) processos pendentes de julgamento.

Ressalte-se entretanto que o relatório de cumprimento das metas nacionais elaborado pela Coordenadoria de Controle e Planejamento do TJEP, disponível no Portal das Metas Nacionais do TJEP, aponta para os seguintes dados: processos alvo: 1716; processos julgados: 1199; grau de cumprimento da meta: 87,34%; situação da meta: meta não cumprida; processos pendentes de julgamento: 517 (304 cíveis, 204 penais e 9 do Tribunal do Júri); necessidade de julgamento: 174.

Aponte-se, por fim, que no portal de metas do TJEP constam 512 processos da META 2/2015 pendentes de julgamento na unidade.

10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO:

Sim

10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015 AS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012):

Conforme informado pelo Diretor de Secretaria, a Comarca possui 2 (dois) processos da Meta 6/2015, ambos tramitando regularmente.

Danielle de Cássia Silveira Buhnheim
Juíza Auxiliar da Corregedoria da
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE IGARAPÉ-MIRI

Entretanto, as informações disponíveis no Portal de Metas do TJEPa apontam para 10(dez) processos da referida meta, sendo 09 cíveis e 01 criminal.

10.4 CONCESSÃO, INDEFERIMENTO OU NÃO APRECIÇÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:

2013: 5 liminares e 8 antecipações de tutela

2014: 10 liminares e 7 antecipações de tutela

2015 (até 31/03/2015): 0

(Dados retirados do sistema LIBRA)

11. INDICADORES CRIMINAIS

11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011):

Idem ao item 10.1

11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS:

98 (noventa e oito)

11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS:

36 (trinta e seis)

11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS:

(X) Sim () Não

Justificar:

11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 87/2009-CNJ:

(X) Sim () Não

Justificar:

11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR?

(X) Sim () Não

Justificar: Processos analisados em correição, conforme listagem anexa.

11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009):

Não foi possível extrair do sistema LIBRA dados precisos sobre o cumprimento de tal meta, contudo os dados constantes no portal dos Metas do TJEPa apontam, na relação de processos da Meta 2/2015, para existência de 3 processos de competência do Tribunal do Júri distribuídos até 31/12/2009.

11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES:

08 (oito) Julgamentos

12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE

12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE:

1(um)

12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS:

Nenhum


Danielle de Cássia Silveira Buhrnheim
Juíza Auxiliar da Corregedoria da
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE IGARAPÉ-MIRI



12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: Nenhum
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim (X) Não Justificar:
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: 05 (CINCO)
12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: () Sim (X) Não Justificar: Quando necessário, demandam a equipe interdisciplinar do Polo de Abaetetuba.
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? Não.
12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? Prejudicado.
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? Sim. CREAS. CRAS. Casa de Passagem.
13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL
13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUÍZO SENTENCIANTE? () Sim () Não Justificar: PREJUDICADO
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? () Sim () Não Justificar: PREJUDICADO
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? () Sim () Não Justificar: PREJUDICADO
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? (X) Sim () Não Justificar: Os apenados com progressão de regime do semiaberto para o aberto comparecem mensalmente no Juízo e assinam o livro ata referente ao determinado no que concerne ao cumprimento da pena.
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Não
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO?

Daniele de Cássia Silveira Bührnheim
Juíza Auxiliar da Corregedoria da 1ª
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE IGARAPÉ-MIRI

Não
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? Mensalmente (Delegacia de Polícia)
13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Sim, CONSEG (Conselho de Segurança Pública)
14 PRECATÓRIAS
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO 89 (oitenta e nove) cíveis
14.2 TOTAL DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: 22 (vinte e duas) criminais.
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 34 (trinta e quatro)
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? () Sim (x) Não Justificar: Não foi registrado nenhum tipo de controle efetuado pela secretaria.
15 INQUÉRITOS POLICIAIS
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: Não há
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 87(oitenta e sete)
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 33 (trinta e três)
16 PETIÇÕES:
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 0
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 0
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 05
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 50
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 0
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 18
17 PENDÊNCIAS DA SECRETARIA

Danielle de Cassia Silveira Buhnheim
Juíza Auxiliar da Corregedoria da
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE IGARAPÉ-MIRI



17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS:

0 (zero)

17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS:

09 (nove)

Justificativa: Falha ou dificuldade de acesso ao sistema LIBRA.

17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO:

Não há processos em pré-conclusão. As conclusões são realizadas diariamente.

17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS:

No sistema LIBRA constam 226 processos conclusos há mais de 100 dias.

17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS:

No sistema LIBRA constam 171 processos conclusos há menos de 100 dias.

17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:

NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Raimundo Arcanjo Brandão Corrêa	98 (noventa e oito)	Março/2014
João Batista Leal Gonçalves	70(setenta)	Fevereiro/2014

17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO?

(X) Sim () Não

Justificar: São feitos atos ordinatórios cobrando os mandados.

17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:

	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	419	19/08/2014
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	84	10/03/2014
17.7.3 ADVOGADO	13	11/02/2015

17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO?

(X) Sim () Não

Justificar:

18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)

18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ?

(X) Sim () Não

Justificar:

18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS?

(X) Sim () Não

Justificar:

18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS?

(X) Sim () Não

Justificar:

Danielle de Cássia Silveira Buhrnheim
Juíza Auxiliar da Corregedoria da
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE IGARAPÉ-MIRI

18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
Revólver	0003025-03.2014.814.0022	Danilson Farias Pinheiro – Denunciado; Maycon de Moraes Castro – Denunciado; Claudio Cardim Serrão Júnior - Vítima
Revólver	0004225-45.2014.814.0022	Marcos da Silva Lobato – Denunciado; Vítima - Estado
Revólver	0001743-27.2014.814.0022	Valdiney Machado Cardoso – Denunciado; Vítima - Estado
Revólver	0001468-78.2014.814.0022	Marcos Lima da Silva - Denunciado; Vítima- Estado
Revólver	0004525-07.2014.814.0022	Edir Campos Araújo – Denunciado; Andreza Mata da Silva - Vítima
Espingarda	0005580-27.2013.814.0022	Isla de Jesus Sacramento Nonato – Denunciado; Vítima - Estado
Espingarda	0001561-41.2014.814.0022	ElieI Moraes de Souza – Indiciado; Vítima - Estado
Espingarda	0001561-41.2014.814.0022	ElieI Moraes de Souza – Indiciado; Vítima - Estado
18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? (X) Sim () Não Justificar: Não informada a data da última solicitação.		
18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? () Sim (X) Não Justificar: Não foram identificados pedidos de doação		
19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS		
19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? (X) Sim () Não		
19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? (X) Sim () Não Justificar:		
19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? (X) Sim () Não Justificar: Processos com pendências a serem realizadas pelas partes bem como criminais em andamento.		
19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? (X) Sim () Não		
19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? (X) Sim () Não Justificar:		

Danielle de Cassia Silveira Buhrnheim
Juíza Auxiliar da Corregedoria da
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE IGARAPÉ-MIRI



19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA?

(X) Sim () Não

Justificar:

20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:

- 1 - A comarca necessita de apoio técnico na área de informática, tendo em vista a precariedade do sinal de internet, as corriqueiras intercorrências nas máquinas, os problemas concernentes aos softwares utilizados pelo gabinete e secretaria, entre outros fatores, situações estas que impossibilitam a conclusão e a execução das atividades rotineiras;
- 2 - O juízo padece de recursos humanos, pois recentemente nos anos de 2013 e 2014 um servidor do tribunal lotado neste Fórum faleceu, outro foi colocado à disposição do Desembargo em Belém, por sua vez outro pediu exoneração, não havendo substituição alguma;
- 3 - Tendo em vista as condições geográficas do município, é fundamental que o juízo tenha à sua disposição uma caminhonete e uma lancha.

21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:

- 1 - Não há no juízo Defensor(a) Público com comparecimento frequente;
- 2 - Não há no juízo Promotor(a) Público com atribuição exclusiva na Promotoria de Igarapé-Miri, pois o Promotor que atualmente responde pela Promotoria e Titular de outra em Abaetetuba;
- 3 - Melhoria do sistema de internet, posto que a lentidão dos mesmos ocorrida com frequência atrapalha sobremaneira, que aos feitos se imprima maior celeridade;
- 4 - É necessário que os servidores por motivo de falecimento, exoneração, bem como colocado à disposição de outra Unidade Judiciária sejam substituídos;
- 5 - Necessário, ademais, que a comarca possua uma lancha vez que vários mandados são cumpridos em localidades ribeirinhas e de uma caminhonete, tendo em vista a dificuldade de acesso por terra.

CONSIDERAÇÕES/RECOMENDAÇÕES CORREGEDORIA

1 - O prédio onde se localiza o Fórum necessita de alguns reparos/manutenção em caráter emergencial, visto que apresenta rachaduras e paredes com infiltração e mofo, conforme identificado no item 2.4. Além disso, a concertina e a porta detectora de metais estão danificadas, as câmeras de circuito interno de gravação de imagens não funcionam, o que torna a segurança do prédio vulnerável.

Apesar de uma boa estrutura, não preenche os requisitos de acessibilidade para deficientes físicos, visuais e idosos.
Providência – Oficiar à Presidência, Secretaria de Administração e Secretaria de Engenharia para que seja verificada a possibilidade de efetuar as reformas no Fórum e as adaptações necessárias;

2 - O quadro de servidores se não mostra satisfatório. Identificou-se que um servidor faleceu, outro foi colocado à disposição de outra unidade judiciária e outro foi exonerado, a pedido. Não houve designação de novos servidores para reposição do quadro funcional.

Há necessidade de capacitação e qualificação de todos os servidores com atuação na comarca objetivando a eficácia das rotinas da secretaria judicial.

Providência: 1 - Oficiar à Presidência, Secretaria de Administração e Secretaria de Gestão a fim de que seja avaliada a possibilidade de reposição do quadro funcional que se encontra desfalcado como falecimento, exoneração e disponibilidade de servidor para outra unidade judiciária. **2** - No que diz respeito a necessidade de capacitação dos servidores, Oficiar a Presidência solicitando que, em parceria com a Escola Superior da Magistratura, seja realizado

Danielle de Cássia Silveira Buhnheim
Juíza Auxiliar da Corregedoria da
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE IGARAPÉ-MIRI

curso, sob a modalidade “à distância”, de atualização no novo CPC, gestão de secretaria e outros que contribuam para o aprimoramento da atividade judicial.

3 - A frota de veículos disponível não atende satisfatoriamente às necessidades da Comarca.

Providência: Oficiar à Presidência, Secretaria de Administração e Secretaria de Gestão a fim de que seja avaliada a possibilidade de aquisição de uma lancha para atender às demandas da Comarca.

4 – A demanda processual da Comarca necessita de eficaz acesso aos sistemas de informação. As constantes falhas ou a precariedade no acesso à internet prejudicam a celeridade e eficiência das atividades dos servidores e magistrados conforme descrito no item 6.2.

Há necessidade de aumento da capacidade do e-mail funcional, posto que a capacidade atual se mostra insuficiente para as necessidades da unidade judicial.

Providência: Oficiar à Secretaria de Informática para que seja avaliada a possibilidade de saneamento do problema acima identificado, bem como para que seja avaliada a possibilidade de aumento da capacidade do e-mail funcional da unidade, conforme item 6.2.4.

5 - Foram identificados 135 (cento e trinta e cinco) processos finalizados e pendentes de arquivamento.

Providência: Determinar que a Secretaria promova a baixa no sistema de todos os processos que se encontram finalizados e pendentes de arquivamento, a fim de que o sistema LIBRA possa refletir a escoreta informação da tramitação processual. Ficando assinado o prazo de trinta dias para cumprimento dessa determinação.

6 – Identificou-se uma pequena diferença entre o quantitativo de processos no acervo físico e no acervo do sistema LIBRA (ver ítem 8.2).

Providência: Determinar que a Secretaria promova a identificação dos processos que dão ensejo a essa diferença a fim de que o sistema LIBRA possa refletir o real acervo da serventia. Ficando assinado o prazo de trinta dias para cumprimento dessa determinação.

7- Identificou-se, também, uma discrepância entre o número de processos inseridos na Meta 02/2015-CNJ. A serventia identifica que remanescem 811 (oitocentos e onze) processos pendentes de julgamento. O relatório extraído do portal das metas do TJE/PA indica a existência de 512 (quinhentos e doze) processos pendentes de julgamento. Com relação da Meta 06/2015, também foi identificada incongruência nos dados, uma vez que na secretaria foram identificados apenas 02 (dois) processos inseridos na Meta 06 e o portal das metas do TJE/PA indica a existência de 10 (dez) processos pendentes de julgamento. Com relação a meta 04/2014-ENASP/CNJ, não foi possível extrair informações do sistema LIBRA, sendo que no portal das metas do TJE/PA identifica-se a existência de 3 (três) processos incluídos na referida meta.

Providência: 1 - Oficiar à Secretaria de Informática e a Coordenadoria de Estatísticas para que seja identificado o motivo das discrepâncias entre as informações colhidas durante a correção e as disponíveis no site do TJE/PA, bem como para que seja avaliada a possibilidade de sanar a referida diferença de dados. **2** – Determinar que a Secretaria localize, identifique e promova a regular tramitação de todos os processos que se encontram incluídos na Meta 04-ENASP/CNJ, ficando assinado o prazo de 30 (trinta) dias para cumprimento dessa determinação.

8– Foi identificado que não existe controle de prazo de cumprimento das cartas precatórias recebidas, tampouco controle/cobrança das cartas precatórias expedidas.

Providência: Durante a correção o Diretor de Secretaria foi orientado a criar um controle específico para cartas precatórias, tanto para as recebidas quanto para as expedidas, o que nessa oportunidade se ratifica. Recomenda-se, ainda, que a secretaria utilize a ferramenta de alerta de prazos já disponível no sistema LIBRA, o que agiliza e facilita as atividades da serventia.

9 - Verificou-se a existência de 50 (cinquenta) petições intermediárias não juntadas.

Providência: Determinar que a Secretaria promova a imediata juntada de todas as petições que se encontram pendentes a fim de que não ocorra acúmulo de movimentos dessa natureza, ficando assinado o prazo de 30 (trinta) dias para cumprimento dessa determinação.

10 – O sistema LIBRA identifica a existência de 226 (duzentos e vinte e seis) processos conclusos há mais de 100 dias.


Danjelle de Cássia Siveira Buhnheim
Juíza Auxiliar da Corregedoria da
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE IGARAPÉ-MIRI



Providência: Recomenda ao Magistrado titular da Comarca para que envide esforços para promover o despacho/sentença dos processos que se encontram conclusos há mais de 110 dias.

11 – Identificou-se que, apesar da secretaria efetuar controle/cobrança, os Oficiais de Justiça possuem mandados com prazo extrapolado (item 17.6), e que existem processos com carga em aberto para Ministério Público, Defensoria Pública e Advogados.

Providência: Determinar que a Secretaria, após efetuar a cobrança aos oficiais de justiça e verificando que estes não promoveram a devolução dos mandados com prazo extrapolados, comunique imediatamente essa situação ao Magistrado responsável pela unidade, para que sejam adotadas as medidas administrativas que entender cabíveis. No que diz respeito as cargas em aberto para o MP, DP e Advogados também se faz necessária a efetiva cobrança para que seja dado o regular processamento aos feitos.

12 – Foram identificadas armas armazenadas no Fórum (item 18.4), não sendo identificada a data da última solicitação de retirada.

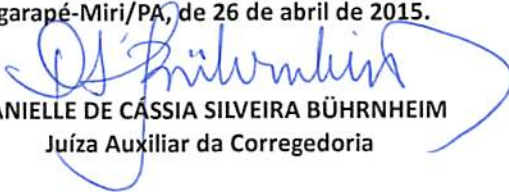
Providência: Determinar que o Diretor de Secretaria, após autorização do Magistrado, solicite o recolhimento das armas para departamento competente, ficando assinado o prazo de 30 (trinta) dias para cumprimento dessa determinação.

13 – Foi identificada a ausência de Promotores de Justiça e Defensores Públicos titulares, o que prejudica sobremaneira as atividades judiciais.

Providência: Oficiar ao Procurador Geral de Justiça e ao Defensor Geral da Defensoria Pública do Estado do Pará, respectivamente, solicitando a designação de Promotor de Justiça e Defensor Público titulares, para atuação na comarca.

Anexo: Processos analisados por amostragem.

Igarapé-Miri/PA, de 26 de abril de 2015.


DANIELLE DE CÁSSIA SILVEIRA BÜHRNHEIM
Juíza Auxiliar da Corregedoria